

Coimbra, a cidade do estudo e da investigação do Direito em Portugal

Estivemos na primeira Universidade portuguesa, uma das mais antigas do mundo. A imponência do edifício é apenas comparável com o Saber da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, uma referência de âmbito global na formação e na produção de conhecimento científico. Falamos da Escola que formou “todos os atuais presidentes dos Tribunais Supremos portugueses, incluindo o Tribunal Constitucional, e o Provedor de Justiça”.



Durante a ditadura setembrista de Passos Manuel, o decreto de 5 de dezembro de 1836 fundiu as Faculdades de Leis e de Cânones, criando a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Até então, “a Faculdade de Cânones era a mais concorrida da Universidade. No entanto, a Revolução Liberal impôs o propósito de desvalorizar o ensino do Direito Canónico e Eclesiástico, em prol da valorização do estudo do Direito Pátrio”. Com efeito, “o Direito português ganha espaço e relevância com esta Reforma, transformando-se no objeto exclusivo dos três últimos anos do curso, desdobrando-se em Direito Público, Civil, Comercial e Criminal”, contextualiza o diretor da Instituição, Rui de Figueiredo Marcos.

Na condição de diretor reincidente, o Prof. Doutor Rui de Figueiredo Marcos propõe-se, no próximo ano letivo, desenvolver a sua ação diretiva em vários campos, dos pontos de vista científico e pedagógico. Um trajeto que assenta na continuidade e consolidação firme da licenciatura em Administração Público-Privada e na entrada em funcionamento do novo mestrado em Administração Público-Privada que mereceu a total aprovação por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Esta política vai ter continuidade com a realização, pelos docentes da Faculdade de Direito, de vários doutoramentos nessa área. Nesse mesmo plano, vai ser modernizado o mestrado em Ciências Jurídico-Fo-

renses, numa vertente que possibilita aos alunos atingir maior nível de especialização. Ainda nesta linha de continuidade, a valorização e o enriquecimento do corpo docente são pedras-chave na dinâmica desta Instituição secular, facto que se manifesta no volume de doutoramentos dos assistentes que se apresentam a provas. A abertura de concursos para a progressão da carreira académica dos professores “pretende que o corpo docente se valorize e mantenha o nível de exigência que a Faculdade nos tem habituado”, realça o professor catedrático.

A Faculdade de Direito de Coimbra, na sua linha ancestral, tem cultivado uma cidadania de prestígio e “defende-a como se a si própria se defendesse”. É com esse nível de exigência imposto nas provas académicas, que o Prof. Doutor Rui de Figueiredo Marcos espera “conservar, senão elevar, o nível de prestígio científico da Faculdade”. “Creio que o melhor elogio que se pode fazer a uma geração é estar à altura das gerações precedentes. E como o nome que recebemos é de uma cotação elevadíssima, temos por obrigação mantê-lo se não for, realmente, possível suplantá-lo – algo de difícil alcance, dado o nível já atingido pela nossa Faculdade. Aliás, devo dizer que este nível de exigência é acompanhado pela própria política reitoral. Uma vez que o Prof. Doutor João Gabriel Monteiro de Carvalho e Silva pretende que a nossa Universidade tenha um prestígio global, os elementos que compõem os júris de concursos têm um nível de exigência extraordinário. Verdadeiramente, creio que avaliar é distinguir. Só quem tem mérito o sabe reconhecer, onde quer que ele esteja. Isso não é apenas uma garantia de Justiça, mas também de transparência nesses mesmos concursos, porquanto os próprios avaliados aca-

tam de uma forma muito mais pacífica as decisões e graduações de um júri de elevadíssima categoria, como pretende – e bem – o nosso Reitor”.

Do ponto de vista pedagógico estas ondas de progressão e valorização “só podem trazer a breve trecho uma maré de alegrias para a Faculdade de Direito de Coimbra”.

Dando continuidade aos feitos do passado, assentes numa dinâmica crescente das relações internacionais da Faculdade, têm decorrido cursos solicitados por estrangeiros em diversas áreas científicas, a par da presença maciça de estudantes internacionais. Um reconhecimento que não se mede apenas através da mobilidade dos estudantes, mas que se vê e se mede pela intensa procura por parte de professores estrangeiros que ali pretendem realizar as suas missões de investigação, acompanhados por professores da FDUC e com a ajuda da preciosa biblioteca da Faculdade. “Neste último ano e meio, tivemos 61 professores estrangeiros de 14 nacionalidades. Além disso, um outro critério de reconhecimento prende-se com a vinda de delegações ilustres que procuram estabelecer intercâmbios. Só este ano, acolhemos grandes delegações de várias instituições jurídicas – brasileiras, alemãs, húngaras. Tivemos, no passado mês, a ilustríssima visita de uma delegação da China presidida pelo Presidente do Supremo Tribunal Popular da República da China, acompanhado por um conjunto de presidentes de tribunais superiores das mais diversas províncias chinesas, que contou com a presença do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça português, Conselheiro António Silva Henriques Gaspar”. É a prova efetiva do aprofundar de inúmeras relações nomeadamente com a China e, mais recentemente, com Timor Leste.

Novidades

A poucas semanas da inauguração das obras profundas de que foi alvo, o renovado Colégio da Trindade virá a acolher o Curso de Jurisprudência, que se destina a dotar os seus alunos de uma formação mais próxima da vida prática. Esse espaço irá ser sede quer da Casa da Jurisprudência, quer do Instituto Jurídico, o rosto da investigação jurídica da Faculdade, cuja liderança pertence ao Prof. Doutor Moura Ramos, “timoneiro seguro e prestigioso de um espaço que tem tido uma atividade intensa em múltiplas áreas e iniciativas”. O diretor valoriza a atividade radiosa da Faculdade: “O Colégio da Trindade tem agora uma nova Trindade: aliando a formação prática, a investigação e a jurisprudência. É sob a égide da Faculdade de Direito que se faz esta nova ordem trinitária. Assim, devemos seguir uma Trindade na Unidade e a Unidade na Trindade”.



Recuperação de um espaço secular

No que compete a infraestruturas, o Prof. Doutor Rui de Figueiredo Marcos vai, neste mandato, apostar na modernização e climatização das salas de aula dos Gerais e das salas do Palácio dos Melos, assim como no aformoseamento e no restauro de peças de mobiliário e obras de arte. A recuperação já concluída do Palácio dos Melos permite hoje que as salas, outrora ofuscadas pela passagem do

tempo, apresentem uma beleza palaciana. Uma delas, com o nome do Doutor Fernando Aguiar-Branco, Presidente da Fundação Eng. António de Almeida, presta tributo a um dos grandes mecenas da Faculdade de Direito e da Universidade de Coimbra. A segunda sala está revestida por estantes que acolheram a biblioteca do antigo ministro da Justiça, Dr. Mário Raposo. Já a terceira sala recebeu a biblioteca privada do Prof. Doutor Antunes Varela, um dos mentores, enquanto ministro da Justiça, do atual Código

Civil português. O nosso entrevistado recorda que “o Código Civil português é, essencialmente, uma obra da lavra da Faculdade de Direito de Coimbra e tem merecido comemorações nacionais”. Não deixando passar em claro tão prestigiante data, a FDUC realizou, em novembro passado, a comemoração do cinquentenário do Código Civil português, presidida pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. A comissão comemorativa foi presidida pelo Prof. Doutor Rui de Alarcão, antigo Reitor, que também colaborou na criação do Código, na qualidade de “membro dessa comissão ilustríssima de professores da Faculdade de Direito de Coimbra que prepararam, durante mais de 20 anos, o Código, que recebeu uma única grande reforma, em 1977”. Comemorando, já em 2017, os 40 anos dessa Reforma, o Presidente da República condecorou, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henri-

que, três grandes figuras ligadas à Universidade de Coimbra: o Prof. Doutor Francisco Pereira Coelho, bem como, a título póstumo, a Doutora Maria de Nazareth Lobato Guimarães e o Doutor Almeida Santos, ministro da Justiça aquando da revisão.

A Faculdade de Direito, que acaba de completar 180 anos, “é uma velha senhora, mas que ainda se alvoroça ao evocar os seus feitos”, acentua o Prof. Doutor Rui de Figueiredo Marcos. “Neste sentido comemorativo, 2017 é um ano muito auspicioso. Vamos comemorar a conquista universal dos 150 anos da abolição da pena de morte para crimes civis. Uma insígnia dourada do Direito português. A 1 de julho de 1867, sob proposta de Barjona de Freitas, Professor da Faculdade de Direito de Coimbra e, à época, ministro da Justiça, Portugal foi o primeiro país que aboliu definitivamente a pena de morte para crimes civis em toda a civilização jurídica”.



INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA